



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 20, v. 2  
abr-jun.2024  
p. 128-155

# Pedagogias do filme *Alice Júnior*: pistas de educação para as sexualidades

(*Pedagogías de la película Alice Júnior: pistas de educación para las sexualidades*)

(*Pedagogies of the film Alice Júnior: clues to education for sexualities*)

Katiele Hundertmarck<sup>1</sup>  
Raphael Albuquerque de Boer<sup>2</sup>

**RESUMO:** O filme *Alice Júnior* (2019) demonstra conter pedagogias culturais que podem nos inspirar a educar para as sexualidades com as juventudes. Para esse recorte, analisamos determinadas cenas e discutimos como podemos utilizar esse artefato cultural para as práticas educativas. Com a análise e discussão, percebemos que somos interpeladas a problematizar como os nossos corpos, gêneros e sexualidades podem subverter as normas cis-heterossexuais e, assim, enquanto potência de vida, permitir imaginar e construir outros modos de ser e estar. Isso porque é possível pensar em formas de nos relacionarmos sem violências. O filme nos parece oportuno para tensionar as determinadas desigualdades que têm posicionado algumas sujeitas em situações de sofrimentos, bem como nos convida a promover uma educação para as sexualidades, junto das juventudes, que possibilite considerar os marcadores sociais da diferença.

**PALAVRAS-CHAVE:** cinema; educação para as sexualidades; juventudes.

**Abstract:** The movie *Alice Júnior* (2019) has shown that it contains cultural pedagogies that can inspire us to educate young people about sexuality. For this section, we analyzed certain scenes and discussed how we can use this cultural artifact for educational practices. Through the analysis and discussion, we realize that we are challenged to problematize how our bodies, genders and sexualities can subvert cis-heterosexual norms and thus, as a power of life, allow us to imagine and build other ways of being. This is because it is possible to think of ways of relating without violence. The film seems to us to be an opportune moment to highlight certain inequalities that socially, culturally and historically have positioned some subjects in situations of suffering, as well as inviting us to promote discussions on education for sexualities with young people who may be able to consider the social markers of difference.

**Keywords:** cinema; education for sexualities; youth.

**Resumen:** La película *Alice Júnior* (2019) demostró contener pedagogías culturales que pueden inspirarnos para la educación para las sexualidades con las juventudes. Para ese recorte, analizamos determinadas escenas y discutimos cómo podemos utilizar ese artefacto cultural para las prácticas educativas. Con el análisis y discusión, percibimos que somos interpelados a problematizar cómo nuestros cuerpos, géneros y sexualidades pueden subvertir las normas cisheterossexuales y así, como potencia de vida, permitirnos imaginar y construir otras formas de ser. Porque es posible pensar formas de relación sin violencia. La película nos parece oportuna para tensar las determinadas desigualdades que de modo social, cultural e histórico han posicionado a algunas sujetas en situaciones de sufrimiento, así como nos invita a promover discusiones de educación para las sexualidades con las juventudes que puedan ser capaces de considerar los marcadores sociales de la diferencia.

**Palabras clave:** cine; educación para las sexualidades; juventudes.

1 Enfermeira escolar. Especialista em Educação para a Sexualidade (FURG). Doutoranda em Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: katielehun@gmail.com

2 Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) no Instituto de Letras e Artes (ILA). E-mail: raphaelfurg@gmail.com



Há corpos que você não imagina,  
mulheres com pau e  
homens com vagina  
(Alice, 2019, 0:43min.)

### **1 Pensando sobre como estamos sendo educadas<sup>3</sup> para viver nossos corpos, gêneros e sexualidades: iniciando as nossas provocações**

O “como” estamos sendo educadas para as vivências das nossas sexualidades é a grande questão que tem mobilizado nossas escritas. Ela reverbera e nos leva a problematizar sobre como os nossos corpos, gêneros e sexualidades estão sendo construídos pelos discursos, a exemplo do cinema. Partindo de tais questionamentos, trilhamos nossas discussões e convidamos as leitoras para tensionar conosco sobre como nos tornamos quem somos/estamos na perspectiva das possibilidades que nos são ensinadas e se podemos imaginar outras formas de ser e estar.

Procedemos do entendimento de algumas estudiosas, como Guacira Lopes Louro<sup>4</sup> (2014, 2019), Leticia Carolina Pereira do Nascimento (2021) e Dagmar Estermann Meyer (2013), de que somos provocadas pelos diversos discursos pedagógicos sobre os modos de ser e estar na sociedade quanto aos nossos corpos, gêneros e sexualidades. Hegemonicamente, os referidos discursos, como, por exemplo, os jurídicos, os médicos, os escolares e os midiáticos, ensinam-nos a sermos cisgêneras e heterossexuais, centralizadas no papel reprodutivo (Paul Preciado, 2022). Por conseguinte, a norma estabelecida para vivermos os nossos corpos, gêneros e sexualidades organiza hierarquias sociais com bases nesses marcadores e, assim, marginaliza as pessoas que vivem em divergência(s) da cis-heteronormatividade estabelecida cultural e socialmente (Leticia Carolina Pereira do Nascimento, 2021).

À vista disso, quando não assumimos as supracitadas posições de pessoas cisgêneras e heterossexuais, poderemos ser consideradas inumanas por conta dessa subversão (Judith Butler, 2019). Ademais, a precarização da vida a partir das rupturas com a cis-heteronormatividade pode provocar intensos e reiterados sofrimentos, negações, estigmas, violências e mortes, em especial

---

3 Para as nossas escritas, adotamos a linguagem em gênero feminino para referirmo-nos às pessoas de todos os gêneros. Para nós, essa é uma forma de tensionar o padrão da língua portuguesa e acadêmica consideradas corretas, que marginalizam e violentam as pessoas não masculinas. Para esse posicionamento, a nossa política de escrita foi inspirada na tese de Rita de Cassia Quadros da Rosa (2022) e nas problematizações de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2023).

4 Em vistas às problematizações provocadas por Megg Rayara Gomes de Oliveira (2023), adotamos em nossas escritas as identificações das autorias com nome completo, ainda que em desacordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (NBR 10520:2023), para reforçar o nosso comprometimento contra o machismo e a transfobia, em que as escritas acadêmicas devem utilizar apenas os sobrenomes – em geral, de origem masculina – para identificar as autorias.



com relação às pessoas trans\*<sup>5</sup> e às travestis (Daniela Souza, 2019).

Mobilizadas por essa temática, nestas escritas, estendemos uma proposta de discussão que iniciamos no trabalho de conclusão da especialização em Educação para a Sexualidade: dos Currículos Escolares aos Espaços Educativos na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). No referido trabalho, alinhado aos estudos em educação para as sexualidades, realizamos uma discussão acerca das pedagogias culturais presentes no filme *Alice Júnior* (2019). Além dos debates, tensionamos as possibilidades desse filme nos ensinar sobre corpos, gêneros e sexualidades, escapando e subvertendo a cis-heteronormatividade, haja vista que a narrativa se envolve apoiada no fato de a personagem principal ser uma jovem trans/travesti<sup>6</sup>.

No filme, a personagem Alice tem atitudes de uma garota decidida, ciente de seus desejos, cheia de sonhos e que busca garantir que as pessoas respeitem as suas diferenças. Tais características são demonstradas durante as cenas, em que Alice é resistente às violências e problematiza as questões de gêneros contidas na sua vivência na escola e em outros espaços. Na trama, ela compartilha sua vida com seu pai Jean, e com algumas colegas da escola, um local em que a maioria das cenas acontecem.

Além disso, é expoente a forma que a linguagem cinematográfica se configura para compor a caracterização de Alice traz elementos para interpretar sua personagem. A exemplo disso, citamos o seu vestuário que é composto de roupas coloridas e com brilhos. Alice apresenta-se maquiada, com cabelos com acessórios, compridos e coloridos em azul e rosa, remetendo-nos às cores da bandeira trans\*.

Logo, após a nossa análise de determinadas cenas do artefato cultural, consideramos que elas podem atuar como um disparador para a discussão em torno dos modos de educar para as sexualidades. As cenas foram escolhidas a partir da identificação das potencialidades educativas, no qual tais pedagogias poderiam contribuir com brechas ao modelo cis-heteronormativo, assim, promovendo tensionamentos com a norma e suas capacidades de deslocamentos transgressivos.

Nestas escritas, inicialmente, dialogamos com referenciais teóricos da educação para as sexualidades, a fim de conceituar o campo e também convidar as leitoras a pensarem sobre as diferentes instâncias que vão nos educando para além da escola e, desse modo, constituindo nossos

---

5 Quando nos referimos a pessoas trans\* com asterisco, estamos apoiando-nos na autora Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021), considerando as identidades não cisgêneras, contemplando o guarda-chuva trans\* todas as possibilidades de identidades transgêneras, por exemplo, transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, travestis, pessoas não binárias, transmasculines, entre outras.

6 Utilizamos a expressão trans/travesti para dar conta de abranger todas as cenas do filme, pois em algumas cenas há referência a identidade trans, utilizando-se a denominação “trans” e, em outras, a travesti, ainda que a identidade trans\* considere a travesti, seguimos o posicionamento político de Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021), ao visibilizar tal identidade.



corpos, gêneros e sexualidades (Constantina Xavier Filha, 2017). Na sequência, estimulamos nossas leitoras a pensarem sobre a produção de subjetividades a partir das pedagogias culturais presentes nos artefatos culturais (Caroline Amaral Amaral; Fabiani Figueiredo Caseira; Joanalira Corpes Magalhães, 2017). Posteriormente, trazemos elementos da linguagem cinematográfica, tais como caracterização, cor, enquadramento e iluminação das cenas, selecionadas a partir de *Alice Júnior* (2019), a fim de questionarmos os processos educativos e suas provocações subversivas. Isso porque tais elementos podem nos auxiliar a pensar sobre os sentidos e significados que visam desenvolver junto às espectadoras (Stuart Hall, 2016).

Desse modo, a nossa proposta é desenvolvermos tensionamentos e pistas iniciais, provisórias e instáveis que possam instigar educadoras para as sexualidades a problematizarem as pedagogias culturais presentes nesse e em outros artefatos. A propósito, estendemos o convite para que coloquem nossas escritas em suspeição e possam, também, questionar nossos argumentos, construindo novos modos de se pensar acerca dessas pedagogias.

Ratificamos os aspectos éticos da pesquisa envolvendo imagens, sob o uso da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Brasil, 1998), bem como a referência à obra durante a discussão do texto.

## 2 Educando e sendo educadas para as sexualidades com as juventudes

Nesses questionamentos, estamos pensando sobre o conceito de juventudes, o qual “[...] remete à ideia de categoria plural, fato que nos afasta de um modo único para descrevê-la e contextualizá-la” (Juliana Ribeiro de Vargas; Maria Luisa Merino Xavier, 2016, p. 281-282). Ao considerarmos as juventudes em suas multiplicidades de ser e estar, referimo-nos ao termo “juventudes”, no plural, ao longo do texto, corroborando com a ideia de que há muitas formas de ser e estar jovem (Juarez Dayrell, 2003).

Nesse sentido, ser/estar jovem não se relaciona somente à idade biológica e cronológica dos corpos, e sim amplia-se para outras tendências, como “um estado de espírito” (Rita Cristiane Basso Soares Severo, 2014), sendo possível ser e sentir-se como uma jovem de 40 ou de 18 anos de idade, independentemente do tempo de vida. Para tanto,

[c]ompreendemos, então, juventude como uma condição histórico-cultural, como uma representação (ou como representações) não dada e não fixa. E, como toda construção social, deve ser analisada em suas diferentes dimensões – materiais, políticas, históricas, culturais –, já que estas acarretam modos particulares de compreender a juventude e de ser jovem (Sandra dos Santos Andrade; Dagmar Estermann Meyer, 2014, p. 87).

Logo, nas juventudes, estendemos e continuamos a vivenciar nossos corpos, gêneros



e sexualidades, ampliando vivências, conhecendo pessoas e relacionando-se, de modo geral, sexualmente e afetivamente com elas, quando assim desejamos. Nas juventudes, tendemos a nos disponibilizar a relacionarmos-nos mais, percorrendo novos e até então desconhecidos caminhos, podendo procurar oportunidades de pertencimento a um ou mais grupos, constituindo as chamadas culturas juvenis (Juliana Ribeiro de Vargas, 2017).

Nesses percursos, somos atravessadas pelos discursos de diferentes saberes e seus poderes que vão tentando nos conduzir a assumir determinadas condutas e nos provocam, desse modo, certos assujeitamentos (Michel Foucault, 2008). Com isso, no que se refere aos discursos sobre as sexualidades que nos constituem, segundo Michel Foucault (2020, p. 27),

[...] deve-se falar do sexo, e falar publicamente [...] cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se.

Nessa perspectiva, nota-se que tem sido necessário educar sobre como as pessoas devem exercer as suas sexualidades, os seus corpos e os seus gêneros. Por conseguinte, as pedagogias na escola e em outros espaços educativos, como o caso das pedagogias culturais presentes nos filmes, estão a nos ensinar como vivermos nesses aspectos (Caroline Amaral Amaral; Fabiani Figueiredo Caseira; Joanalira Corpes Magalhães, 2017).

Em conflito conceitual e prático com outras abordagens conservadoras, moralistas, religiosas e biológico-higienistas, visualizamos que a educação para as sexualidades compreende um campo de saber que tensiona as construções sociais, culturais e históricas de como os nossos corpos, gêneros e sexualidades têm sido produzidos para o atendimento daquilo que socialmente é adequado para determinado momento (Cristina Monteggia Varela; Paula Regina Costa Ribeiro, 2017).

Desse modo, quando fazemos educação para as sexualidades, estamos propondo suspeitar das verdades que ouvimos de como ser e estar, das desigualdades que nos inferiorizam com base nos corpos, gêneros, sexualidades, raça, etnia, classe, geração, entre outros marcadores sociais da diferença. Então, a educação para as sexualidades também visa desestabilizar discursos cis-heteronormativos ao propiciar deslocamentos na própria discussão, questionando o quanto as referidas desigualdades são construções social, cultural e históricas e não somente amparadas em aspectos biológicos de uma possível diferença sexual (Constantina Xavier Filha, 2017).

Portanto, à vista dessa perspectiva teórica, podemos trilhar outras possibilidades de refletirmos sobre como estamos sendo fabricadas massivamente. Nessa vertente, torna-se possível causar algumas fissuras aos modelos hegemônicos e assim, com tais rupturas, criar



algumas condições para que essas desigualdades possam ser eliminadas. Em outras palavras, se as desigualdades entre as pessoas, com base em seus gêneros, corpos e sexualidades, foram inventadas, é possível construirmos outras formas de nos relacionarmos.

A esse respeito, também nos interessa situar nossas leitoras sobre quais perspectivas estamos falando quando nos referimos a corpos, gêneros e sexualidades. Para nós, os nossos corpos extrapolam a materialidade biológica de nossas células. Ainda que, incontestavelmente, sejamos constituídas por músculos, ossos, órgãos, pele, nervos e todos os demais aparatos complexos que fisiologicamente nos dão a vida, entendemos que nossos corpos são resultados de um investimento tecnológico e científico de nossa cultura, com todos os seus discursos que nos (re)produzem (Silvana Vilodre Goellner, 2010).

Com isso, nossos corpos estão sendo fabricados contínua e minuciosamente de acordo com o que somos ensinadas a certo momento. Hoje, ainda que com muita resistência, conseguimos imaginar outros corpos, com seus diferentes atravessamentos culturais e biológicos, como é o caso dos corpos trans\* e travestis (Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021). Esses corpos podem carregar genitálias que diferem do binarismo do regime de verdade que nos propagou o discurso de que homens têm pênis e mulheres têm vagina/vulva, ou ainda, como pensado por Paul Preciado (2022), homens com pênis e mulheres sem pênis, para questionar o falocentrismo.

Assim, como anunciado na epígrafe, podem existir corpos dentro das feminilidades/mulheridades com pênis e corpos no escopo das masculinidades com vagina/vulva, bem como uma multiplicidade de composições, como os corpos intersexo. O fato a considerar é que, a partir de nossas leituras, suspeitamos da classificação das pessoas em identidades femininas e masculinas com base em suas genitálias, universalizando corpos e limitando suas experiências e possibilidades de viver a partir de ter uns ou outros órgãos (Paul Preciado, 2022).

Quanto a gêneros, assumimos a referência a uma categoria analítica social, histórica e cultural imbricada nas redes discursivas em processos de designar quais pessoas são homens, quais são mulheres, quais são travestis, entre tantas outras possibilidades, como agêneras, demonstrando a fluidez de gêneros, inclusive (Caia Coelho, 2017; Guacira Lopes Louro, 2014; Joan Scott, 1995; Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021; Teresa de Lauretis, 2019). Associamo-nos a ideia de concepção histórica e cultural, desvinculando-se do sexo anatômico que diferencia mulheres e homens, determinado, *a priori*, pela genitália (Caia Coelho, 2017; Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021).

As práticas discursivas que constituem a todas nós como cópias umas das outras (Judith Butler, 2021) acabam por reafirmar as intencionalidades dos diversos saberes que pretendem



fabricar cópias universais de mulheres e homens, designando performances de acordo com as expectativas sociais de gêneros (Judith Butler, 2021). Por isso, constituímos-nos acreditando que ser mulher envolve determinados comportamentos e valores do mundo feminino, sendo uma verdade que acaba tornando-se naturalizada de tanto que é repetida. Assim, há quem acredite que os comportamentos femininos são naturais e, por conta disso, impossíveis de serem alterados, ou ainda que há uma única forma de ser/estar mulher. Contudo, em nossa concepção, a busca pelas justificativas para as desigualdades entre as pessoas deve se dar nas relações sociais que as produzem, e não com base em caracteres biológicos (Guacira Lopes Louro, 2014).

Por fim, destacamos que operamos com o conceito de sexualidades como um dispositivo histórico na perspectiva foucaultiana em que

[a] sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Michel Foucault, 2020, p. 115).

Consideramos, desse modo, que existem relações em redes discursivas que controlam e vão gerenciando a produção de nossos corpos, nossas sexualidades e nossos gêneros, de forma a nos subjetivar de determinados modos, em cujo processo o sexo é foco de disputa política (Michel Foucault, 2020). Por isso, ao considerar o contexto histórico, que varia de acordo com “[...] os jogos de saber-poder, a sexualidade não é produzida de modo definitivo, precisa sempre ser reiterada, a norma não cansa de se (re)produzida, por isso mesmo, ela por vezes escapa, desliza, transcende a forma que lhe é imposta e configura outros corpos, outras subjetividades” (Rafael Martins de Meneses; Tiago Alves de Jesus Barreto; Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021, p. 211).

Assim, percebemos que os modos como somos educadas para expressar nossas sexualidades vão sendo construídos baseados nos discursos dos saberes e poderes (Michel Foucault, 2020). Nesse sentido, para Guacira Lopes Louro (2019, p. 11), a sexualidade “[...] não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política [...] ela é ‘apreendida’, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, por muitos modos, por todos os sujeitos”. Esse caráter de construção permanente nos remete a necessidade de reiteração da norma, sempre ali, em vários espaços, a (re)produzir discursos homogeneizantes.

No entanto, ainda que sejam intensos os investimentos normativos, não é possível subjetivar a todas as pessoas da mesma forma, pois o processo de produção de subjetividades não é capaz de homogeneizar a todas as pessoas para a cis-heterossexualidade, permitindo, desse modo, que



existam fissuras à norma. Essas possibilidades de outras subjetividades nos permitem compreender outras formas de existências que subvertem a norma, como é o caso das sexualidades homo, bi, pan e assexuais, por exemplo.

Nesse ponto, Michel Foucault (1994, p. 93) nos convidou à “arte de viver” como uma potencialidade de nossas vidas por meio de capacidades inventivas para vivermos outras possibilidades e, desse modo, fissurar tais normas que insistem em nos limitar a vida com a falsa pretensão de manter a ordem social.

Isso nos faz avistar as instabilidades das sexualidades, dos corpos e dos gêneros, pois se são construções, como defendemos em nossos argumentos, permitem que sejam rearranjados, repensados, revistos, reformulando-se nos tecidos social, cultural e histórico que também se (re) produzem. Por isso, acreditamos, assim como Guacira Lopes Louro (2019), que estamos implicadas nessas incertezas e fluidez.

### 3 Os artefatos culturais e suas pedagogias

Iniciamos a pensar a seção a partir da definição utilizada por Ana Carolina Sampaio Zdradek (2019, p. 28) de que os estudos culturais têm como um dos objetivos “[...] desconstruir práticas naturalizadas, mostrando como a cultura vai sendo socialmente construída e o quanto esta é relacionada com as formas de ser e viver em sociedade”. Esse conceito inicial nos faz pensar que os produtos da cultura, embora possam não parecer construções de um momento histórico e social, são invenções possíveis de um determinado contexto que permitem a aceitação e podem, até mesmo, serem naturalizados com o passar do tempo.

Esse campo de saber descentraliza as sujeitas, reconhece a instabilidade e a provisoriidade dos significados produzidos, assumindo que os conhecimentos estão em movimento (Ana Carolina Sampaio Zdradek, 2019). Ao que nos parece, concede possibilidades de questionarmos as questões à nossa volta, assumindo que nossos achados são momentâneos e refletem as nossas subjetividades do período o qual nos propomos a analisar.

Na educação, os estudos culturais nos ajudam a tensionar como os artefatos culturais nos educam – na escola e nos outros espaços educativos – sobre determinados temas, como no caso dessas escritas, para os corpos, gêneros e sexualidades. Tensionar os modos como somos educadas pela cultura para as nossas sexualidades pode apoiar a nos questionarmos como somos convocadas a assumir determinadas posições e não outras (Elizabeth Ellsworth, 2001).

Nessa perspectiva, estudiosas consideram que os artefatos culturais são os produtos da cultura, como os currículos escolares, programas de rádio, televisão, filmes, propagandas, redes





sociais, livros, *shopping*, entre tantos outros (Caroline Amaral Amaral; Fabiani Figueiredo Caseira; Joanalira Corpes Magalhães, 2017; Paula Deporte de Andrade, 2016). Tais artefatos extrapolam o entretenimento e visam nos conduzir a assumir as condutas que nos ensinam, de modo individual e coletivo (Danusa Begnini et al., 2021). Tão logo, Paula Deporte de Andrade (2016) salientou que as pedagogias culturais são produtivas, pois estão nos construindo a partir da regulação de nossas condutas. Acerca da perspectiva em que nos baseamos, “[...] as pedagogias culturais são locais onde as identidades sociais, e entre elas identidades sexuais e de gênero, são produzidas” (Rosângela Soares, 2008, p. 47).

Para Amanda Pereira de Carvalho Cruz (2022, p. 4), o cinema, enquanto um artefato que contém pedagogias, “[...] produz gênero a partir de uma linguagem própria que é atravessada por discursos relacionados ao seu momento histórico. Assim, o cinema é uma tecnologia social de produção de gênero, ou seja, uma tecnologia de gênero”.

Como produto da história, o filme representa aquilo que é possível de se pensar e dizer naquele momento, trazendo costumes e valores que são desejados para aquela sociedade, assim como vislumbrando fissuras, em alguns deles. Para João Paulo Baliscei, Laiana Moraes Azevedo e Geiva Carolina Calsa (2020, p. 6), “[...] o conceito de pedagogias culturais nos auxilia a problematizar a relação que os sujeitos constroem com aquilo que veem, sem considerá-los como meros ‘receptores’ das informações implícitas nas mensagens fílmicas, mas como agentes dessas identificações”.

Problematizar aquilo que assistimos pode nos ajudar a pensar como nos tornamos quem somos/estamos. Para elas, as “[...] pedagogias culturais podem ser tomadas como um conceito que, no âmbito educacional, favorece que os elementos apresentados pelos filmes e demais artefatos culturais sejam questionados e debatidos para além do prazer que proporcionam” (João Paulo Baliscei; Laiana Moraes Azevedo; Geiva Carolina Calsa, 2020, p. 25-26).

Em algumas produções cinematográficas, de acordo com Raphael Albuquerque de Boer (2020), ao analisar o filme *Boys* de 2014, “[...] formam-se então pedagogias culturais capazes de denunciar, fazer refletir, criticar e resistir a normas enraizadas em nossa sociedade” (Raphael Albuquerque de Boer, 2020, p. 77), ou seja, torna-se possível tensionar que esses artefatos podem produzir reflexões a partir das problemáticas que apresentam.

Pensando também nas produções fílmicas com personagens não hegemônicos, chamados de “estranhos familiares”, Caio César Silva Rocha e Danilo Pereira Santos (2014, p. 217) nos disseram que,

[a]ntes apresentados nas telas como sujeitos desviantes, passíveis de punição, modelos não



dignos de imitação, os estranhos familiares há algum tempo começaram a ser percebidos e concebidos em suas dimensões humanas, sociais e psicológicas através das lentes atentas de diferentes diretores, que expuseram as complexas relações afetivo-amorosas de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e o modo como se constroem na relação com outros e consigo mesmos. As produções recentes demonstram que os 'estranhos' estão se tornando cada vez mais familiares, o que deixa entrever promissoras leituras sobre os diferentes modos pelos quais se constrói a sexualidade, evidenciando a importância do indivíduo nesse processo.

Essa afirmação nos permite inferir que há uma tendência, ainda que limitada, de acordo com nossas percepções, que amplia possibilidades de o cinema trazer personagens dissidentes sem desvalorizar as diferenças que constituem os corpos. Pelo contrário, alguns filmes recentes têm apresentado essas personagens como potências de vida.

Nessa mesma direção, Amanda Pereira de Carvalho Cruz (2022, p. 10) confirmou que as produções de gênero no cinema brasileiro, a partir de 2010, trazem novas reflexões sobre os filmes com temáticas e personagens não cis-heterossexuais, no qual traz o

[...] relacionamento LGBTQIA+<sup>7</sup> como história principal que envolve romance e um final feliz entre elas, o que desloca as lógicas do sofrimento, da hipersexualização ou da chacota que eram apresentadas nos filmes brasileiros anteriormente da produção cinematográfica brasileira sobre a temática de gênero LGBTQIA+.

Apoiadas nessa perspectiva, entrevemos algumas cenas do filme selecionado, articulando seus deslocamentos no segmento seguinte.

#### 4 Aspectos educativos de *Alice Júnior*: perspectivando a educação para as sexualidades

O filme *Alice Júnior* (2019) é considerado como uma produção do gênero comédia, disponível na plataforma de filmes e séries Netflix, cuja direção pertence a Gil Baroni e roteiro a Luiz Bertazzo e Adriel Nizer Silva. A personagem principal do filme, Alice, é uma jovem trans/travesti, *youtuber*, que produz conteúdos sobre beleza para seu canal, além de falar sobre a sua vida pessoal, respondendo às dúvidas de suas seguidoras. Alice também utiliza de sua influência digital para promover seu ativismo em torno das pautas trans/travesti, assim acolhendo seguidoras que vivenciam situações semelhantes às suas. É importante registrarmos que a personagem Alice é interpretada pela atriz Anne Celestino Mota, que se identifica como uma mulher trans/travesti (Anne Celestino Mota, 2017), sendo também uma ativista da pauta, o que confere maior representatividade trans/travesti ao filme.

O filme inicia e se desenvolve com a mudança de Alice e seu pai Jean da cidade de Recife, capital de Pernambuco, para um município no interior da região Sul do país, na cidade fictícia de

7 Referente às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneras, travestis, *queer*, intersexo, assexuais, agênero, aromânticas, assexuais, pansexuais, polisssexuais, não binárias e de outras identidades sexuais e de gêneros.



Araucárias do Sul, em virtude da transferência provisória do trabalho de seu pai. A mudança de cidade desagrada Alice, implicada na adaptação de conhecer pessoas e também lidar com novas situações de transfobia. De imediato, Alice já vivencia situações de *bullying* e *cyberbullying*, sendo reiteradamente humilhada pelas pessoas da escola, sofrendo várias violências em decorrência de sua identidade trans/travesti. Em contrapartida, respondendo às diversas situações transfóbicas que vivencia, Alice resiste e nos ensina acerca das necessárias fissuras a serem criadas aos processos normatizadores na escola e em outros cenários.

Pensaremos, a partir de agora, sobre algumas cenas destacadas, trazendo problematizações desse artefato cultural. Sabemos, contudo, pelo referencial teórico que assumimos, que todas as interpelações e endereçamentos que o filme nos provoca são educativas, contribuindo para o nosso processo de subjetivação. Reafirmamos isso no intuito de lembrar nossas leitoras de que, ao fazermos alguns recortes para questionar, não estamos assumindo que são os únicos educativos, mas sim aqueles que, por esse momento, foram os que mais nos impulsionam para as discussões das questões que propomos construir. Ademais, não pretendemos reduzir as discussões, visto que são diversas as formas e referenciais que podem auxiliar nos debates.

#### 4.1 Cena 1: Alice conhecendo a nova escola, questionando normas e nos ensinando a transgredir

Quando analisamos a primeira cena que selecionamos (Fig. 1), pensamos acerca do vestuário de Alice na composição da linguagem cinematográfica. Nesse sentido, ao retratar a subversão às normas da sua nova escola, religiosa e conservadora, suas atitudes questionadoras buscam promover deslocamentos nas verdades sobre nossos corpos, gêneros e sexualidades. Podemos observar isso quando Alice utiliza roupas e cabelos coloridos em detrimento da norma escolar de uniforme azul marinho e cabelos sem tinturas.

A personagem mostra as sutilezas e violências das tecnologias de gênero que engrenam as nossas vidas ao decidir-se vestir para “causar”, como ela menciona no seu primeiro dia de aula na nova escola. Assim, com o intuito de provocar esses movimentos, vestindo-se com brilho, saia mais curta, sandália de salto alto, não correspondendo ao padrão de vestimentas da escola, é barrada pela norma, na figura da diretora, que se empenha em tentar trazer Alice para essa normalização, ao direcioná-la para vestir-se com o uniforme escolar e, em especial, com calças atribuídas a meninos e em cores escuras.



**Fig. 1** – Alice chegando na escola nova

Fonte: Alice Júnior (2019, 12:02min.).

Nessa cena, entendemos que “[...] esse figurino é uma forma de resistência ao que presenciamos na escola atual de Alice: todos/as estudantes usando uniformes conforme o seu ‘gênero’, ou seja, calças para meninos e saias longas para meninas” (Katiele Hundertmarck, Raphael Albuquerque de Boer, 2022, p.13).

Com isso, questionamos as construções sociais, culturais e históricas que nos dizem qual roupa é adequada para cada pessoa com base no entendimento limitado de corpo feminino ou masculino, reiterando posições com base nos marcadores, sobre como devemos ser e estar. Podemos pensar que as vestimentas são tecnologias de gêneros a disseminar discursos sobre feminilidades e masculinidades (Teresa de Lauretis, 2019) e, assim, o que tem nos levado a promover essas falas.

A partir desse deslocamento, Alice nos ensina que se faz necessário questionar as verdades que vão sendo fabricadas pelos diferentes discursos que circulam em nossa sociedade e acabam ganhando legitimidade, e assim, *status* de verdade. Questionamo-nos: por que todas as pessoas devem ser subjetivadas igualmente? Há espaços para a produção de outras subjetividades? Por que todas as estudantes precisam usar o uniforme?

Pensamos nos discursos escolares – e dos outros espaços educativos – que muitas vezes ouvimos de que “somos todos iguais” e por isso teríamos que ter tratamento igual (Luanne Passos Nunes; Beatris Cristina Possato; Juliana Pereira dos Santos, 2022). Discordamos desses regimes de verdades que legitimam esse discurso, pois não somos iguais, somos diferentes e, por conta dessas diferenças, temos necessidades também diferentes. Na escola, local em que a cena destacada se passa, se houvesse a consideração à diferença e sua multiplicidade, Alice e demais estudantes poderiam usar a roupa que mais gostam, considerando outras possibilidades, ainda que seguindo permeadas pelas regulações de gêneros, como nos apresentou Judith Butler (2022).

Nesse sentido,



[e]ventos, entrevistas e ações coletivas com e para a comunidade LGBTQIA+ recorrentemente denunciam a cis-heteronormatividade como um conjunto de discursos e práticas que visam a eliminação das diversidades humanas em nome de uma pretensa estabilidade social. Há, então, um modo de vida padronizado, parametrizado, com o qual as diversidades humanas são comparadas e julgadas (Mateus Aparecido de Faria, 2021, p. 188).

Logo, as pedagogias culturais presentes na cena narram as categorizantes hierarquias sociais marcadas pelas diferenças entre as pessoas de acordo com gêneros e sexualidades. Por isso, questionamos: como todas nós estamos produzindo sujeitas nos cenários em que atuamos? Estamos a (re)produzir padrões de gêneros, corpos e sexualidades que insistem em categorizar a todas as pessoas dentro das limitadas possibilidades cis-heteronormativas? Ou estamos a considerar as instabilidades, a fluidez e disponíveis a pensar outras formas de ser e estar? Há modos universais de ser mulher? De ser travesti? E de ser homem?

Pensamos com Guacira Lopes Louro (2019) e Judith Butler (2022) quando nos alertaram da sutileza dos processos de subjetivação. Dada essa sutileza, as questões de repetição da norma – de gêneros, corpos e sexualidades – podem nem sempre ser algo tão evidente, mas sempre estão ali, nas micro relações de poder, a nos ensinar, a nos posicionar e assim, a nos constituir. *Alice Júnior* (2019) nos ensina que podemos causar fraturas a essas normas, questionando-as, fazendo com que outras pessoas tenham a oportunidade de pensar sobre elas e quem sabe, ao ir suspeitando dessas verdades, estas acabem sendo quebradas e abertas a outros modos de ser e estar. Afinal, Alice nos fez pensar: não há outros modos de ser mulher, de ser travesti e de ser homem. Podem existir diversas formas de ser/estar.

Ao nos ensinar a transgredir, a autora bell hooks (2017), demonstrando a potencialidade da educação nas provocações às diversas injustiças, assim como Alice, mostra-nos que é preciso movimentar as estruturas que tentam firmar normas que podem causar sofrimentos a algumas pessoas. Resistir à norma, fissurando estruturas pode impulsionar novas considerações para que todas as pessoas possam viver com dignidade, com acesso aos direitos humanos, sendo consideradas, de fato, humanas para usufruir de tais direitos, ainda que essas discussões sejam mais complexas do que as que trazemos em nossas limitadas escritas.

#### **4.2 Cena 2: Alice questionando sobre a sua existência e os seus sofrimentos, ensinando-nos que as transfobias podem adoecer e matar**

Na segunda cena que selecionamos (Fig. 2), Alice questiona sobre a sua existência. Esse momento reflexivo aconteceu durante a volta antecipada da escola, devido a Alice urinar nas calças na sala de aula em decorrência de ser impedida, por outras meninas, de utilizar o banheiro



feminino. Nesse contexto,

[a] personagem problematiza sobre todo o sofrimento advindo de suas dissidências. Estar em dissidência, ser ‘diferente’, assumir ‘outra’ identidade, romper as normas, além de tornar-se alvo de violências externas, contribui para pensamentos autodepreciativos, afinal, como pensa Alice, ‘por que eu existo?’ (Katiele Hundertmarck, Raphael Albuquerque de Boer, 2022, p.16).

Alice questionando a sua vida é um dos efeitos da sociedade transfóbica que cria condições desfavoráveis/insuportáveis para algumas pessoas viverem. Assim, as pessoas vão acumulando sofrimentos pessoais que denotam uma problemática que é do coletivo. Por isso, torna-se tão desafiador (sobre)viver nesse caos, tanto que a expectativa de vida média de pessoas trans no Brasil é de 35 anos (Bruna Garcia Benevides, 2023), metade do esperado para as pessoas cis, sendo recorrentes as violências que abreviam suas vidas (Roberto de Oliveira Preu; Carolina Franco Brito, 2019).

**Fig. 2** – Alice refletindo sobre “por que eu existo?”



Fonte: Alice Júnior (2019, 37:45 min.).

Na cena (Fig. 2), observamos que o uso do uniforme escolar em tons escuros associado à iluminação e cores esmaecidas do carro contribuem para que nós, enquanto espectadoras, sejamos mais atingidas pelo sofrimento de Alice. Isso porque, há um confronto entre as vibrantes cores de sua roupa utilizada no primeiro dia de aula, que problematizamos na Fig. 1, com o uniforme escolar da Fig. 2. Questionamos que há o uso do vestuário e do cenário como um todo para conduzir Alice a questionar a sua existência, especialmente quando é obrigada a mudar a sua roupa colorida, a qual entendemos dar vida à personagem, por uma que busca uniformizar, trazendo consigo os sofrimentos de não pode ser quem se quer ser. Contudo, somos tocadas por um “fio” de esperança, quando, nesse cenário, há o unicórnio azul com seu cabelo colorido, que é uma figura dentro do



imaginário infantil – e cada vez mais das juventudes – a nos dizer que é preciso continuar a sonhar.

À vista do contexto do questionamento de Alice sobre a sua existência, concordamos com Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021, p. 170-171) que “[...] ter uma identidade feminina é assumir um perigo iminente de morte, visto que o desprezo e ódio letal ao feminino é enraizado neste país, uma verdadeira política de morte [...]”. Ao assumir uma identidade dentro das feminilidades, a nossa personagem passa a ser marginalizada e, por conta disso, passível de sofrer diversas violências dentro da sociedade patriarcal; um modelo social que centraliza o homem como padrão a ser seguido, de supremacia em detrimento das demais identidades, que são inferiorizadas. Assim, “[...] para Alice, questionar sobre a sua vida, sua invisibilidade, sua existência, perpassa pelas questões políticas e sociais, e não podem ser vistas e/ou refletidas como pessoais unicamente” (Katiele Hundertmarck, Raphael Albuquerque de Boer, 2022, p.17).

Nesse sentido, a transfobia na escola é uma questão coletiva, embora, em muitas situações, o sofrimento seja solitário, vemos que as vítimas são produzidas em uma sociedade intolerante à presença do outro diferente de si, como problematizou Judith Butler (2022). O preconceito que pode reverberar em sofrimentos, doenças e mortes de pessoas trans\* e travestis não pode ser associado somente a recursos pessoais, mas sim problematizado como uma esfera fabricada pela sociedade que ainda hoje objetiva eliminar pessoas trans\* e travestis da escola (André Lucas Guerreiro Oliveira, 2018) e de outros cenários. Essas situações são tão graves em nosso contexto, que o Brasil segue ocupando, pelo 14º ano consecutivo, a primeira posição no *ranking* mundial de mortes de pessoas trans\* e travestis (Transgender Europe, 2022).

Guilherme José Parisi Dias (2021, p. 436) nos fez pensar sobre a associação coletiva da transfobia e a produção de subjetividades ao afirmar que

[...] de modo geral todos os seres humanos estejam sujeitos às práticas regulatórias da escola, é possível afirmar que vários marcadores sociais da diferença dispõem a realidade de tal modo que sujeitos-alvo, como as travestis, têm suas possibilidades humanas barradas, restritas e negadas, processo que ganha força e expressão nessa população não apenas coletivamente, mas principalmente na subjetividade, fazendo esta última sentir a extremada dor da desigualdade de modo profundo.

Assim, as violências que decorrem de pessoas preconceituosas e assim, criminosas, vão compondo as subjetividades de todas nós, afetando as pessoas trans\* em sua singularidade, podendo criar condições de intenso sofrimento para si.

Ao pensarmos sobre essas violências, nos ocorre que

[a] transfobia nas escolas, a nosso juízo, aparenta ser totalmente contraditória e incoerente com o objetivo magno da educação, visto que a escola é justamente arquitetada para ser um espaço de acolhimento em que todos possam aprender, desenvolver-se e expandir suas fronteiras pessoais e profissionais (Pedro Teixeira Pinos Greco, 2022, p. 216).



A contradição mencionada por Pedro Teixeira Pinos Greco (2022) parece intensa na escola de Alice, pois, qualquer escola, em tese, deveria prezar pelo bem-estar de todas as pessoas que ali estão, criando possibilidades para que todas as estudantes possam aprender e claro, socializarem com respeito e valorização às diferenças. Infelizmente, esse modelo reproduzido pela escola que Alice passa a frequentar nos remete ao contexto da educação, em especial, pelo recrudescimento dos movimentos ultraconservadores, a partir de 2011 (Cláudia Vianna, 2018).

Em tal cenário brasileiro, os movimentos ultraconservadores, mobilizados pelo Congresso Nacional, começaram a questionar e a pressionar as agendas de gênero e diversidade sexual na educação do governo Dilma Rousseff, presidenta da República na época (Cláudia Vianna, 2018). Entre esses movimentos, podemos citar os pânicos morais instituídos pelo – equivocadamente – denominado “kit gay”, em referência aos materiais disponibilizados às escolas pelo programa Brasil sem Homofobia, e pela “ideologia de gênero”, do qual a bancada congressista conservadora chamou – e ainda, de novo, equivocadamente chama – de doutrinação das crianças (Cláudia Vianna, 2018). Por consequência, em 2014, as menções ao gênero foram eliminadas dos Plano Nacional da Educação (Cláudia Vianna, 2018) e observamos o desagendamento das questões de corpos, gêneros e sexualidades nesses espaços educativos (Fabiana Aparecida de Carvalho; Adalberto Ferdinando Inocêncio, 2021).

Ainda que isoladamente o contexto citado não possa ser o responsável pela promoção de todas as violências na escola, faz-se necessário considerá-lo, quando olhamos para as cenas de transfobias institucionais sofridas pela nossa personagem Alice. Em vista disso, tensionamos que ainda vivemos com diversas violências designadas pelas questões ultraconservadoras que prejudicaram e inviabilizaram a efetivação de políticas públicas inclusivas na educação (Cláudia Vianna, 2018).

### **4.3 Cena 3: Alice vivenciado a união entre as meninas, ensinando-nos que é possível e necessário criarmos eles**

Na terceira cena que analisamos (Fig. 3), em um contexto de uma festa de aniversário de uma menina da escola, vemos Alice e suas colegas na piscina sem a parte de cima do biquíni. Essa imagem faz referência ao protesto contra a transfobia promovido por dois meninos, quando estes tiraram o sutiã de Alice, a fim de descobrirem os seus seios, causando-lhe constrangimentos.

Solidárias a Alice, as meninas pulam na piscina entoando a frase: “mexeu com uma, mexeu com todas!”. Essa frase faz referência ao movimento de atrizes brasileiras que, em 2017, lançaram a campanha “Mexeu com uma, mexeu com todas. Chega de assédio.” em apoio à figurinista que

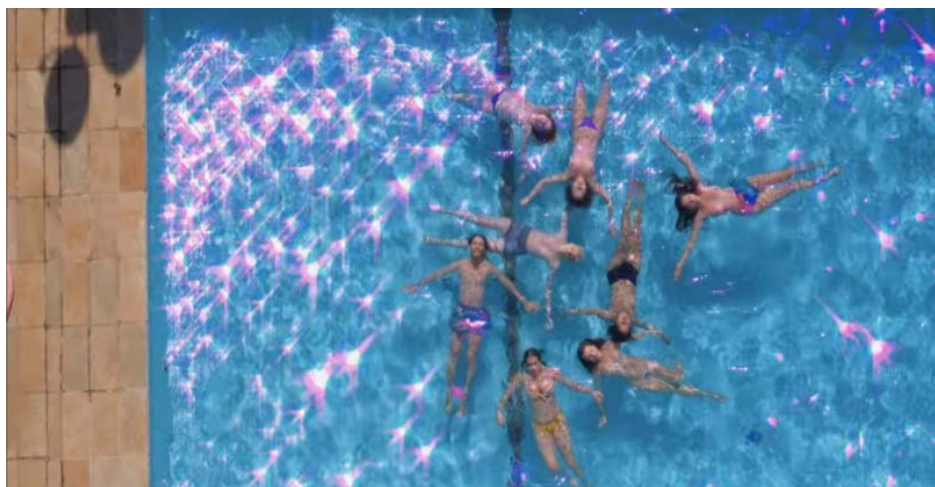




foi vítima de assédio sexual por um ator da Rede Globo de televisão (Camila Monteiro Gonzalez, 2019).

Na cena da Fig. 3, a linguagem cinematográfica apresenta-se com movimento de câmera que faz a mudança do enquadramento individual de Alice para configurar a presença e a resistência das outras meninas com a ideia de solidariedade. Esse movimento de passagem de plano próximo para o plano geral pode nos provocar a pensar acerca das lutas feministas com a união entre elas, haja visto que há, a partir dessa cena, um engajamento entre as meninas a fim de promoverem pautas de interesse comum, como veremos adiante.

**Fig. 3** – A união entre as meninas



Fonte: Alice Júnior (2019, 65:59min.).

Pensamos, nesse recorte, com Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021, p. 69) de que

[c]omo feministas, precisamos começar a aproveitar as dissonâncias como táticas para produzir epistemologias rumo à problematização das realidades sociais nas quais estamos inseridas. É valer-se, portanto, das divergências como oportunidades de compreender contextos que são alheios aos modos de opressão aos quais um determinado grupo está submetido.

Logo, aprendemos que precisamos criar elos nas oportunidades de vivências diferentes das nossas, reconhecendo outras subjetividades, haja visto que cada pessoa terá suas demandas e, assim, seremos várias sujeitas dos feminismos a buscar por direitos de cada uma de nós. Ainda que sejamos múltiplas, há pautas que nos unem, e tais elos podem contribuir para resistências às diversas e reiteradas violências que sofremos (Adrienne Rich, 2010).

Podemos questionar nessa cena como estamos produzindo capacidades de união entre as pessoas que vivem dentro das identidades femininas. Como educadoras para as sexualidades, podemos problematizar quais espaços construímos para que as pessoas possam ser estimuladas a



pensar sobre as desigualdades de gêneros que afetam a todas nós? Do mesmo modo, quais são as possibilidades de nos unirmos para eliminar essas iniquidades? Como podemos nos aliar a fim de promover diálogos e novas e necessárias provocações?

Aprendemos com Alice de que podemos nos unir em prol do alcance de vivências mais justas para todas nós, livres de violências. Logo, os feminismos, assim como os LGBTQIAPN+, podem ser movimentos importantes para a garantia dos direitos, para a problematização das construções sociais, culturais e históricas das desigualdades entre os gêneros. Contudo, parece-nos necessário salientar que tais movimentos devem considerar nossas diferenças, sem a falsa pretensão de universalizar as vivências femininas dentro de um rol cis-heterossexual, patriarcal, classista, capacitista e racista.

Nesse sentido, faz-se necessário criar elos femininos que possam reconhecer nas outras oportunidades de multiplicidades e diferenças, como potências, valendo-se, exatamente dessas questões para construirmos condições e situações de resistências, como nos alertaram Alice Júnior (2019), Adrienne Rich (2010) e Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021).

#### **4.4 Cena 4: Alice e o movimento feminista na escola, ensinando-nos a buscar melhores condições de vida para todas nós**

Nessa cena (Fig. 4), deparamo-nos com um dos movimentos decorrentes da cena representada na Fig. 3. Nesse recorte, vemos Alice liderando o que, em nossas escritas, chamamos de movimento feminista na escola, quando as meninas implantam banheiros feministas na escola, eliminando, desse modo, o conhecido “banheiro feminino”. Tal atitude denota o compromisso ético e político do movimento criado, pois ao contemplar as singularidades das sujeitas e promover a solidariedade, também produz resignificação à outra cena vivenciada por Alice, na qual ela foi impedida de utilizar o banheiro feminino, por uma outra menina, e que discutimos suas consequências na cena da Fig. 2.



**Fig. 4** – Movimento Feminista na escola

Fonte: Alice Júnior (2019, 67:02min.).

Novamente recorremos a Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021) para questionar os feminismos em uma perspectiva trans. Segundo a autora, devemos desconstruir o ser universal do feminismo, uma mulher branca e de classe média/alta, e perspectivar reconhecer as diferenças, produzindo novos significados, como o caso da nossa personagem Alice. Isso impacta também nas possibilidades de visibilizar outras pautas, como o acesso ao banheiro, que pode mobilizar sofrimentos às mulheres trans, e que, via de regra, para mulheres cis não é uma questão, pois utilizar o banheiro feminino não parece ser um constrangimento.

Nessa via, Alice ensina-nos a romper nossas limitadas perspectivas e imaginar que há outras importantes e urgentes pautas, que precisam de apoio e reitera a construção de elos feministas propostos por Adrienne Rich (2010). Acolher tais pautas, ao passo que não inferioriza outras pessoas e não limita seus direitos, pode promover ampliação de acesso a uma vida com mais dignidade a quem ainda luta para ter uma vida vivível (Judith Butler, 2019).

De modo geral, sobre o tema dos feminismos, um destaque da produção é que o filme conta com a participação da importante pesquisadora dos estudos de gêneros e sexualidades na educação, a doutora Megg Rayara Gomes de Oliveira, que também identifica-se como uma travesti preta na educação. Em uma cena, Alice conversa com Megg a respeito das transfobias que sofre na escola, sendo aconselhada a manter-se na luta, o que nos permite visualizar a solidariedade entre elas, corroborando com a ideia de transfeminismos de Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021).

#### **4.5 Cenas 5 e 6: Alice e seu quase primeiro beijo e seu primeiro beijo, ensinando-nos possibilidades de viver nossas sexualidades**

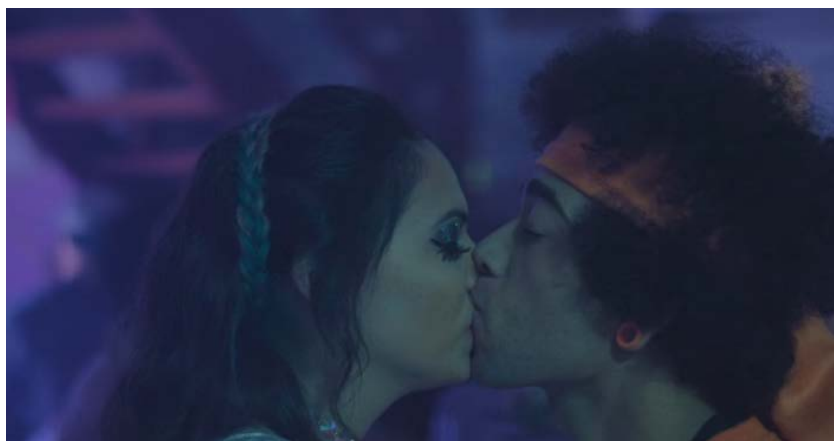
Na quinta (Fig. 5) e sexta (Fig. 6) cenas que analisamos, percebemos a fluidez de nossas



sexualidades. As cenas acontecem na festa de despedida de Alice, que está retornando para Recife em decorrência da finalização do trabalho de seu pai em Araucárias do Sul.

Na cena mostrada na Fig. 5, Alice, que passou o filme flertando com Bruno, quase tem o seu esperado primeiro beijo ao participar da brincadeira de passar o cartão de papel de uma boca para outra. Contudo, Alice ficou chateada com a situação ao perceber que sua amiga Taísa, namorada de Bruno, viu o momento entre os dois. Taísa sai correndo em direção ao banheiro e Alice vai atrás dela, na tentativa de explicar que foi uma brincadeira. Taísa interrompe Alice para beijá-la (Fig. 6).

**Fig. 5** – O quase primeiro beijo de Alice



Fonte: Alice Júnior (2019, 78:14min).

Notamos que o primeiro beijo de Alice escapa da sua própria expectativa, já que sinalizava intenções de beijar Bruno e outro menino de Recife, o que foi também criando a nossa expectativa de espectadoras de que isso fosse acontecer. Contudo, surpreendida pelo beijo da Taísa, Alice curte o momento e gosta de como foi o seu primeiro beijo.

**Fig. 6** – O primeiro beijo de Alice



Fonte: Alice Júnior (2019, 79:02min).



Acreditamos no que

[...] Foucault (2020b) traz sobre o uso dos prazeres como uma forma de resistência e produção de novas subjetividades. Transgredir, nesse sentido, é uma potência de resistir às opressões geradas pela normalização heterossexual. Os corpos que escapam e subvertem a normalização nos dizem sobre a incompletude, a instabilidade e a possibilidade de ultrapassar os limites da construção discursiva que padroniza (Katiele Hundertmarck, Raphael Albuquerque de Boer, 2022, p.23).

Assim, ao analisarmos as duas cenas selecionadas, compreendemos suas potencialidades educativas em nossas sexualidades. Aprendemos algumas perspectivas de viver a sexualidade com mais liberdade, multiplicando prazeres que extrapolam os limites impostos pelos aprendizados da heterossexualidade (Juliana Ortegosa Aggio, 2020).

Nesse contexto, perguntamos: como nós, educadoras para as sexualidades, estamos criando possibilidades de pensarmos outras possibilidades de viver as sexualidades diferentes da heterossexualidade? Estamos a (re)produzir discursos normalizantes ou nos propomos a transgredir no sentido que Michel Foucault (2020) nos convida?

### 5 Considerações finais provisórias

Ao analisarmos determinadas cenas cinematográficas de *Alice Júnior* (2019), recortamos possibilidades educativas que podem ser problematizadas por educadoras nos espaços em que se inserem. Na primeira cena que selecionamos para a análise, pensamos sobre os estereótipos de gêneros que constroem modos de ser/estar na nossa sociedade ao sermos reiteradamente chamadas ao processo de cis-heteronormatividade.

Assim, somos massivamente ensinadas a performar em conexão entre os aspectos biologizantes com o esperado pela sociedade, ao qual as meninas vestem uniforme com saia e os meninos, calça. Por outrora, aprendemos com a nossa personagem principal, Alice, de que podemos transgredir a esses padrões social, cultural e historicamente construídos quando decidimos vestir a roupa que gostamos e assumimos a performance de corpo generificado de modo como achamos adequado. Contudo, sabemos que esse processo demanda muitos outros enfrentamentos que extrapolam nossas problematizações nessas escritas, ainda que indissociáveis, como os marcadores de classe e raça, por exemplo.

Sem a intenção de ignorar que todas as outras possibilidades de viver também são inventadas, defendemos que podemos construir nossos corpos, gêneros e sexualidades de outros modos, sem precisarmos viver categorias universais atreladas à nossa genitália e à reprodução. Por isso, reforçamos o trecho extraído da primeira cena do filme *Alice Júnior* (2019), “há corpos que você não imagina, mulheres com pau e homens com vagina” e tantas outras combinações que



ainda nem sabemos nomear.

Na segunda cena analisada, deparamo-nos com o sofrimento de Alice ao questionar a sua existência. Problematizamos aqui as diversas e reiteradas transfobias que machucam, adoecem e podem matar as pessoas que transgridem as normas de corpos, gêneros e sexualidades. Aprendemos com isso que (re)produzirmos modelos biologizantes de sermos e estarmos no mundo é ofensivo, é adoecer, é uma violência.

Na terceira e quarta cenas analisadas, olhamos para como as jovens unem-se para combater as desigualdades entre os gêneros, lutando contra as violências e mostrando a relevância dos movimentos feministas para a superação do modelo social injusto a que estamos submetidas. Contudo, percebemos também as resistências a esses movimentos, algo que nos permite dizer que é preciso lutar permanentemente por nossos direitos.

Por fim, nas duas últimas cenas selecionadas, aprendemos com Alice sobre a fluidez das nossas sexualidades. Vimos que podemos imaginar outras possibilidades de viver as nossas sexualidades, desde que nos permitamos ser quem quisermos, assim como sermos acolhidas em uma sociedade que respeite e valorize as nossas diferenças.

Consideramos que a educação para as sexualidades com as juventudes, utilizando-se dos tensionamentos provenientes das pedagogias culturais que nós analisamos no filme *Alice Júnior* (2019), nos parece interessante. Isso porque o filme viabiliza discussões potentes para que educadoras possam se mobilizar a problematizar como somos educadas de determinados modos e como estamos construindo os nossos modos de ser e estar e de educar.

Interessou-nos tensionar como somos e estamos educando para as sexualidades de modo a propiciar que haja a reflexão do que tem produzido as desigualdades entre as pessoas com base nos seus marcadores sociais da diferença. Além disso, nos propomos a pensar como podemos promover outros modos de educar para as sexualidades que seja capaz de considerar as diferenças como potência de vida.

---

## Referências

AGGIO, Juliana Ortogosa. Por uma sexualidade livre à luz de Foucault. *Princípios: revista de filosofia*, Natal, v. 27, n. 52, p. 115–141, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/19233/12465>. Acesso em: 29 dez. 2021.

ALICE Júnior. Direção: Gil Baroni. Produção: Gil Baroni e Andréa Tomeleri. Intérpretes: Anne Celestino Mota, Emmanuel Rosset, Surya Amitrano, Matheus Moura, Thaís Schier, Katia Horn *et al.* Roteiro: Luiz



Bertazzo e Adriel Nizer Silva. Curitiba: Beija Flor Filmes, 2019. 1 vídeo (86 min).

AMARAL, Caroline Amaral; CASEIRA, Fabiani Figueiredo; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Artefatos culturais: pensando algumas potencialidades para discussão dos corpos, gêneros e sexualidades. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade*. Rio Grande: Ed. FURG, 2017. p. 121-134. Disponível em: [http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf?sequence=1](http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1). Acesso em: 11 jul. 2021.

ANDRADE, Paula Deporte de. A invenção das pedagogias culturais. *In*: CAMOZZATO, Viviane Castro; CARVALHO, Rodrigo Saballa de; ANDRADE, Paula Deporte de (org.). *Pedagogias culturais: a arte de produzir modos de ser e viver na contemporaneidade*. Curitiba: Appris, 2016. p. 19-33.

ANDRADE, Sandra dos Santos; MEYER, Dagmar Estermann. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 1, p. 85-99, 2014. Edição Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/hT39pphnhSjW5DyJgz73CdB/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 10520: Informação e documentação - citações em documentos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2023. Disponível em: [www.cbiotec.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/abnt-docs/2023\\_abnt-10520-citacoes.pdf](http://www.cbiotec.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/abnt-docs/2023_abnt-10520-citacoes.pdf). Acesso em: 7 dez. 2023.

BALISCEI, João Paulo; AZEVEDO, Laiana Moraes; CALSA, Geiva Carolina. “Macho como um touro”: pedagogias culturais de masculinidades em duas versões da história de Ferdinando, o touro. *Revista Educação (UFMS)*, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35815/pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

BEGNINI, Danusa; CICOLELLA, Dayane de Aguiar; FREITAS, Kelly Ribeiro de; MARANHÃO, Thaís; ROCHA, Cristianne Maria Famer; KRUSE, Maria Henriqueta Luce. Heroínas em tempos de Covid-19: visibilidade da enfermagem na pandemia. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, n. 42, e20200373, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/NmkDwdK6rp8VHjHSJBtYwqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2022.

BENEVIDES, Bruna Garcia. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

BOER, Raphael Albuquerque de. Garotos não são só garotos: possibilidades do amor entre homens e as masculinidades no filme boys. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; BOER, Raphael Albuquerque de (org.). *Leituras sobre a sexualidade em filmes: as pedagogias culturais em foco*. São Carlos: Pedro & João, 2020. v. 9, p. 63-77. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/site/>



leituras-sobre-a-sexualidade-em-filmes-as-pedagogias-culturais-em-foco-vol-9/. Acesso em: 3 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 19 fev. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Ed. Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Filô).

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. O desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades: um projeto neoliberal, um arranjo neoconservador e as várias pedagogias fascistas. *Revista Instrumento: revista de estudo e pesquisa em educação*, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 236-257, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/33867>. Acesso em: 13 set. 2023.

COELHO, Caia. Sexo: um paralelo crítico entre a trajetória de gênero e de cisgênero. *Transadvocate Brasil*, [s. l.], 20 maio 2017. Disponível em: <http://brasil.transadvocate.com/sexo/um-paralelo-critico-entre-a-trajetoria-de-genero-e-de-cisgenero/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CRUZ, Amanda Pereira de Carvalho. Dá um close! Cinema brasileiro e tecnologias de gênero. *Revista Periódicus*, Salvador, n. 17, v.1, p. 3-13, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/47627/26902>. Acesso em: 26 jul. 2022.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2023.

DIAS, Guilherme José Parisi. A potência do conceito de sofrimento ético-político para pensar as vivências travestis na escola: reflexões iniciais. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 421-442, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13558/9304>. Acesso em: 1 jun. 2022.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-76.

FARIA, Mateus Aparecido de. Vida vigilante: um ensaio sobre modos de viver sexualidades periféricas. *Revista Periódicus*, Salvador, n. 16, v. 3, p. 183-196, out./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/35524/25731>. Acesso em: 1 jun. 2022.





FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. v. 1.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, an interview: sex, power, and the politics of identity. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits (1980-1988)*. Paris: Gallimard, 1994. v. 4.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado no collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. *Cadernos de Formação RBCE*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 71-83, 2010. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/984/556>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GONZALEZ, Camila Monteiro. *A responsabilização da vítima nos crimes sexuais*. 2019. Monografia (Pós-Graduação em Direito) - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca\\_videoteca/monografia/Monografia\\_pdf/2019/CamilaMonteiroGonzalez.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca_videoteca/monografia/Monografia_pdf/2019/CamilaMonteiroGonzalez.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

GRECO, Pedro Teixeira Pinos. Currículos escolares e o combate à transfobia: vidas trans importam. *Revista Periódicus*, Salvador, n. 17, v. 1, p. 209-231, jan./jun. 2022. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/46472/26926>. Acesso em: 26 jul. 2022.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. 260p.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017. 283p.

HUNDERTMARCK, Katiele; BOER, Raphael Albuquerque de. *Corpos, gêneros e sexualidades no filme Alice Júnior (2019): ensinando possibilidades de ser e estar*. 2022. 30 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação para a Sexualidade: dos Currículos Escolares Aos Espaços Educativos, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 124-161.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petropolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 7-42.

MENESES, Rafael Martins de; BARRETO, Tiago Alves de Jesus; NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. O poder punitivo e as tecnologias de gênero: leituras pós-estruturais. *Cadernos Cajuína*, [s. l.],



v. 6, n. 1, p. 198-212, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/460/354>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e prática. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

MOTA, Anne Celestino. Sobre Mim. In: MOTA, Anne Celestino. *Blog Transornada*. [S. l.], 2017. Disponível em: <http://trans-tornada.blogspot.com/2016/12/sobre-mim.html>. Acesso em: 3 jan. 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo: feminismos Plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2021.

NUNES, Luanne Passos; POSSATO, Beatris Cristina; SANTOS, Juliana Pereira dos. Afinal, somos todos iguais? A invisibilidade da temática indígena no ambiente escolar. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 171-187, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/123762>. Acesso em: 13 dez. 2023

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Micropolíticas de exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação. *Revista Sociologias Plurais*, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 103-121, nov. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/62823/pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Indignada, revoltada com o que fizeram com o meu artigo*. Brasil, 01 ago. 2023. Instagram: @meggrayaragomesde. Disponível em: <https://instagram.com/meggrayaragomesde?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PREU, Roberto de Oliveira; BRITO, Carolina Franco. A questão trans no cenário brasileiro. *Revista Periódicus*, Salvador, n. 10, v. 1, p. 95-117, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27809/17147>. Acesso em: 13 set. 2022.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades*, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 13 set. 2023.

ROCHA, Caio César Silva; SANTOS, Danilo Pereira. Estranhos familiares: a inserção das personagens homo/lesbo/bi/transsexuais no cinema. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 206–221, maio/out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10172/7261>. Acesso em: 1 jun. 2022.

ROSA, Rita de Cassia Quadros da. *Corpos LGBT na escola e na prisão: aparecimento, educação e potências*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3443/1/>



Rita%20de%20Cassia%20Quadros%20da%20Rosa.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul.-dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SEVERO, Rita Cristiane Basso Soares. *Enquanto a aula acontece... práticas juvenis na escola contemporânea*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/94695>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SOARES, Rosângela. Pedagogias culturais produzindo identidades. *Salto para o Futuro: educação para a igualdade de gênero*, Brasília, DF, ano 17, boletim 26, p. 47-53, nov. 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/salto\\_futuro\\_educacao\\_igualdade\\_genero.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf). Acesso em: 3 set. 2022.

SOUZA, Daniela. Performances trans incomodam? quando a vida em público é passível de violência. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 11, p. 176-191, maio./out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/29304/19964>. Acesso em: 9 ago. 2023.

TRANSGENDER EUROPE. *Trans Murder Monitoring*. [S. l.]: TGEU, 2022. Table. Disponível em: [https://transrespect.org/wp-content/uploads/2022/11/TvT\\_TMM\\_TDoR2022\\_Table.pdf](https://transrespect.org/wp-content/uploads/2022/11/TvT_TMM_TDoR2022_Table.pdf). Acesso em: 13 set. 2023.

VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. FURG, 2017. p. 11-24. Disponível em: [http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf?sequence=1](http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1). Acesso em: 13 out. 2021.

VARGAS, Juliana Ribeiro de. Culturas Juvenis Contemporâneas: produções sobre o tema. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade*. Rio Grande: Ed. FURG, 2017. p. 187-199. Disponível em: [http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf?sequence=1](http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1). Acesso em: 1 ago. 2022.

VARGAS, Juliana Ribeiro de; XAVIER, Maria Luisa Merino. Mídias musicais contemporâneas e juventude: consumo, permissividades e experimentações. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 31, p. 277-301, 2016. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/1939>. Acesso em: 1 jun. 2022.

VIANNA, Cláudia. *Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. (Série Cadernos de Diversidade).



XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira? *Revista Diversidade e Educação*, v. 5, n. 2, p. 16-39, Jul./Dez. 2017. doi: 10. 14295/de.v5i2.7865. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7865/5114> Acesso em: 20 jan 2022.

ZDRADEK, Ana Carolina Sampaio. *Juventudes líquido-modernas: uma análise a partir dos estudos culturais em educação*. Curitiba: Appris, 2019.

